

## ATA DE REUNIÃO

Ata da reunião ordinária do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas - CMPD, realizada aos dezenove dias do mês de agosto de dois mil e quinze, com início às 18:30 horas em segunda convocação, na Casa dos Conselhos, sito a Avenida Koeller, 260, no Auditório Philippe Guedon que teve os seguintes temas de pauta: 1- Leitura da ata da reunião anterior. 2- Apresentação da Resolução CONAD N.º 01/ 2015. 3- Apresentação da Rede de Saúde Mental do Município. 4- Assuntos Gerais. Após verificação do quorum foi iniciada a reunião a qual foi presidida pelo Dr. André Luiz Borges Pombo. Inicialmente foi feita a leitura do Edital de Convocação da presente reunião. Em seguida foram lidos os expedientes sendo estes: O CRP – Conselho Regional de Psicologia através da Portaria N.º 039 de 13 de julho de 2015, resolve alterar sua representação no CMPD, destituindo Simone Garcia da Silva e designando para Conselheiro Titular Pedro Rodrigues de Almeida e Suplente Alexandre Castro Goulart, a partir de 26 de junho de 2015. Quanto ao primeiro ponto de pauta, após a leitura da ata da reunião ordinária realizada anteriormente esta foi aprovada, sem alterações. Segundo ponto de pauta - Apresentação da Resolução CONAD N.º 01/ 2015. A Coordenadora do CAPS-AD III psicóloga Claudia de Jesus M. de Souza, procedeu a apresentação da citada Resolução, que *“Regulamenta, no âmbito do Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (SISNAD), as entidades que realizam o acolhimento de pessoas, em caráter voluntário, com problemas associados ao uso nocivo ou dependência de substâncias psicoativas, caracterizadas como comunidades terapêuticas”*. A psicóloga Simone Garcia sugeriu que fossem apresentadas as considerações iniciais, base legal que motivou a citada elaboração da resolução. A Resolução foi amplamente discutida pelos presentes por se tratar de acolhimento de pessoas sem caráter de internação, e de comunicação do início e encerramento das atividades com programa de acolhimento a diversos órgãos públicos da esfera federal, estadual e municipal. A psicóloga Simone informou que as Comunidades Terapêuticas, atuam como “equipamento complementar”, não sendo considerado como da área da saúde.

Ressaltou quanto à Política Nacional de Saúde Mental de desospitalização e desinstitucionalização de pacientes, questionando se o município está preparado e dispõe de equipamentos para atender à demanda estabelecida a partir dos fluxos da citada resolução. O presidente do CMPD Sr. André Pombo sugeriu que a apresentação fosse mais sintetizada, tendo em vista que estavam sendo apresentados e discutidos na íntegra, os artigos da resolução, possibilitando assim, um tempo para promover a discussão acerca dos demais pontos de pauta a serem apresentados. A psicóloga Cláudia de Jesus sugeriu pela interrupção da apresentação, O Sr. Cesar Tácio representante da Polícia Civil sugeriu que fosse mantida a apresentação com posterior discussão dos principais pontos do documento. A Sr.<sup>a</sup> Simone CRP, sugeriu pelo prosseguimento da apresentação na íntegra. Face os diferentes posicionamentos foi encaminhado à plenária a decisão por votação de duas propostas sendo a primeira, “ Leitura pela íntegra, sem discussão dos artigos e a segunda proposta: Interrupção da leitura, análise da resolução individualizada pelos conselheiros e em outro momento discussão desta. A votação foi realizada e a segunda proposta foi aprovada, tendo sido definido a discussão da citada Resolução na próxima reunião ordinária a ser realizada em setembro. O conselheiro Anderson, representante da Mitra Diocesana fez algumas considerações quanto sua preocupação quanto a retirada de pontos de pauta, por entender que tal procedimento não deveria ser utilizado pelos conselheiros. Terceiro ponto de pauta: Apresentação da Rede de Saúde Mental do Município, o Dr. Luiz Carlos Monteiro atual Chefe da Divisão de Saúde Mental, procedeu a apresentação dos serviços de saúde que integram a rede. Que o município segue a política nacional de saúde mental com base nas diretrizes do Ministério da Saúde. Sendo os seguintes serviços: Leito 72 horas - Urgência Psiquiátrica em funcionamento no HMNSE – Hospital Municipal Dr. Nelson de Sá Earp; Hospital Clínico de Corrêas – HCC, com seis leitos (2 masculinos, 2 femininos e 2 adolescentes) para estabilização clínica de pacientes; Centro de Atenção Psicossocial CAPS – Nise da Silveira, para atender transtornos mentais em geral; CAPS– Infante-Juvenil - Silvia Orthof, que atender em especial a portadores de autismo; e CAPS - AD III – Fênix, que atua com dependência a

álcool e outras drogas, possuindo oito leitos para acolhimento. Apresentando dados estatísticos dos atendimentos realizados mensalmente pelas citadas Unidades. Acrescentou que estas Unidades Assistenciais foram criadas para atender à política nacional de desospitalização de pacientes psiquiátricos institucionalizados, buscando a reinserção social destes. Ambulatório de Saúde Mental, localizado no primeiro distrito na Rua Floriano Peixoto, com atendimento ambulatorial em psiquiatria, neurologia, psicologia e realização de procedimentos de EEG – Eletroencefalografia. Ambulatório de Psiquiatria e Psicologia do Hospital Alcides Carneiro. Residência Terapêutica que funciona na Rua Atílio Marotti, inaugurado em 2012, atualmente com 7 (sete) pacientes sendo acompanhados nas 24 horas, por técnicos de enfermagem, onde estes passam a residir e resgatam atividades de vida diária. Acrescentou, que outra residência terapêutica esta sendo aberta na Rua Floriano Peixoto, ainda que moradores da localidade tenham resistência, inclusive com assinaturas, quanto ao funcionamento a pacientes psiquiátricos, cuja denuncia foi encaminhada ao COMSAUDE – Conselho Municipal de Saúde. E ainda a possibilidade de outra R.T. ser instalada no bairro Estrada da Saudade. O CRP questionou quanto a escolha do local para a implantação das RT, sem preparação dos moradores da localidade. O Chefe da Divisão de Saúde Mental acrescentou que outros serviços estão em fase de implantação sendo, um CAPS e um Ambulatório de Saúde Mental no distrito de Itaipava, regionalizando assim, os atendimentos na especialidade. Acrescentou a existência de uma Equipe de Supervisão em Saúde Mental, e a atual situação da Casa de Saúde Santa Mônica, em processo de descredenciamento, seguindo orientações do Ministério a Saúde. Informou ainda a existência de atendimentos por psicólogos em Unidades da Atenção Básica, e do Consultório na Rua, com equipe constituída de médico, enfermeiro, assistente social, técnico de enfermagem e educador social. Face o avançado horário e em cumprimento ao Regimento do CMPD, o tempo da reunião foi prorrogado por mais 20 (vinte) minutos, a qual foi aprovada. O presidente fez algumas considerações sobre a rede de atenção em saúde mental, das dificuldades enfrentadas, em especial quanto as Residências Terapêuticas, e sobre a atual situação da Casa de Saúde

Santa Mônica, em processo de descredenciamento, com funcionamento de 160 (cento e sessenta) leitos atualmente e a necessidade de articulação entre os serviços assistenciais. O conselheiro Oswaldo informou sua preocupação quanto ao destino dos pacientes internados no Santa Mônica, muitos destes idosos, demenciados, em situação de abandono pelos familiares, onde os vínculos de afeto e dependência são dos profissionais da instituição, reflexo da política de institucionalização e do modelo asilar, praticada durante muitos anos. Que o município ficou responsável em resolver esta situação, frente ao encerramento das atividades do hospital, entendendo que o Ministério da Saúde e A Secretaria Estadual de Saúde devem adotar políticas para esta população, sempre discriminada e preterida. A Sr.<sup>a</sup> Simone do CRP, perguntou sobre a existência de pacientes internados de outros municípios no citado hospital, tendo sido prontamente respondida. O psicólogo Alexandre do CRP relatou quanto à importância da discussão política sobre drogas e a necessidade da participação da sociedade civil, e dos usuários de substâncias psicoativas. Fez menção a correção quanto a sua fala na reunião anterior quanto ao CREAS e CRAS, que na são equipamentos e sim Conselhos. O Sr. César, representante da Polícia Civil perguntou como se dá o fluxo de pacientes na rede, quanto a porta e entrada e o pastor Adilson sobre a Residência Terapêutica da Atílio Maroti. Os representantes do CDDH – Centro de Defesa dos Direitos Humanos, informou sobre as roda de discussão que vem ocorrendo quinzenalmente na sede da instituição. Na ocasião solicitou o encaminhamento de prestação de contas quanto os valores destinados ao Programa Crack é Possível Vencer, e o CRP se ofereceu para trazer um convidado para apresentar temas inclusive do debatido hoje da Resolução CONAD. A Conselheira Tutelar Ednery, informou sua preocupação quanto ao tratamento dispensado a crianças e adolescentes pela área da saúde. Nada mais a tratar e face o adiantado da hora a reunião foi encerrada às 20:45 horas e eu Oswaldo Alberto Filho, que secretariou a presente reunião, lavro e assino o presente termo.